



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80
NIRE 4330007766
Em Recuperação Judicial

Aos Aclionistas da Moínhos de Trigo Indígena S.A. - MOTRISA - Porto Alegre/RS
Prezados (as) Senhores (as): Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria André Reinaldo-Diretor Superintendente Eloeste Ludwig-Diretor Executivo

Table with 3 main columns: Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais), Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais), and Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table showing the changes in equity components from 2022 to 2024, including Saldo em 31 de dezembro de 2022, Prejuízo líquido do exercício, and Saldo em 31 de dezembro de 2024.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando mencionado diferente)

1.Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou 90 anos em 25 de junho de 2024, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE. Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estas massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades. Os Relatórios, do Auditor Independente e das Notas Explicativas completas estão disponíveis na sede da Companhia e na página da Central de Balanços na internet https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demostracoes. 1.1 Recuperação Judicial: A forte elevação nos preços do trigo no mercado mundial, provocados pelas (i) mudanças climáticas, (ii) redução da oferta em função da guerra entre a Rússia e Ucrânia e (iii) pela desvalorização do Real frente ao Dólar com impacto direto nos custos haja vista que o Brasil não é autossuficiente na produção desta commodity, impactou significativamente a estrutura de custos e a geração de caixa da Motrisa, promovendo um estrangulamento financeiro tão forte que a Administração da Companhia entrou com pedido de recuperação judicial de forma a manter a continuidade das suas operações. Em 02 de outubro de 2023 o Juiz da 14ª Cível de Aracaju/SE deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Motrisa sob número 202311401823. Abaixo segue uma breve descrição sobre o estágio da Recuperação Judicial: A recuperação judicial foi ajuizada em 05/09/2023 e o deferimento do processamento se deu em 02/10/2023. O valor do passivo sujeito à recuperação judicial soma R\$ 93.764.203,26 (Noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e seis centavos) em moeda corrente mais USD 9.488.566,64 (Nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) em dólares norte americano. Em 18/10/2023 foi publicado o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, contendo a relação de credores sujeitos à recuperação judicial apresentada pelas recuperandas. Com a publicação do referido edital, abriu-se prazo de 30 (trinta) dias corridos para que credores apresentem objeções ao plano de recuperação judicial e prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de impugnações de créditos. Em 01/12/2023, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acompanhado dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos das recuperandas. A Assembleia Geral de Credores (AGC) foi realizada em primeira convocação no dia 02/10/2024 às 09:00 horas, e em segunda convocação foi realizada no dia 09/10/2024 às 09:00 horas, presidida pelos Administradores Judiciais. Os Administradores Judiciais juntaram ao processo em 09/10/2024, uma petição informando que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por 70,52% do total do crédito presente à Assembleia Geral de Credores (AGC). Na Classe I foi aprovado por 100% dos credores presentes (por cabeça), na Classe II foi aprovado por 69,74% dos créditos presentes (valor), na Classe III foi aprovado por 71,45% dos créditos presentes (valor) e na Classe IV foi aprovado por 87,50% dos credores presentes (por cabeça). Requereram a juntada da Ata assinada referente à Assembleia Geral de Credores, segunda convocação, realizada em 09/10/2024, tendo como anexos: adequação das cláusulas 10.1.5.1.1, 10.1.5.1.1.1, 10.1.5.1.1.2, 10.1.5.1.10, 15.4 e inclusão da cláusula 1.1.8 do instrumento de transação do anexo III do plano de recuperação judicial; resumo de presença e votos; chat referente a participação virtual dos credores; lista presença; resumo dos credores presentes pela modalidade virtual; apresentação do plano; ressalva do credor Cargill; ressalva do credor Banco do Nordeste do Brasil S.A. Em 10/12/2024, foi homologado e concedido o Plano de Recuperação Judicial, atualmente em fase de recurso. 1.2 Continuidade operacional: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 26.141.571,57, possui um passivo circulante de R\$ 64.377.287,27 bem como um passivo não circulante de R\$ 186.202.400,10, tendo na sua composição a maioria originada de financiamentos e empréstimos, inclusive de uma dívida repactuada em 2020, em dólares norte-americanos de US\$ 9,5 milhões e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 deve-se, principalmente a: i) elevadas despesas financeiras (juros) decorrentes de empréstimos e financiamentos e a variação do dólar contribuindo negativamente no resultado em contra partida com a elevação da dívida em moeda estrangeira; ii) elevação no preço do trigo em consequência, iii) a impossibilidade de repasse do reajuste ao cliente com perda de competitividade e, iv) redução de faturamento. Diante desse cenário, a Administração da Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (Lei 11.101/05), com o objetivo de permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, já homologado em 10/12/2024, aguardando a fase recursal, para que possa permitir o equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional. Na avaliação da Administração da Companhia o plano possibilitará a realização de acordos com a maioria dos credores do Grupo Motrisa. A Administração acredita ainda que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado e homologado, fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das companhias do Grupo Motrisa. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. 1.3 Preço base do trigo: O ano de 2024 foi marcado por oscilações no mercado de trigo, dentro e fora do país, causados principalmente pela movimentação dos preços e as condições climáticas, que afetaram diretamente a produtividade e consequentemente toda cadeia de farinha e farelo. Foi o ano marcado pelo aumento em 60% no volume importado comparado ao mesmo período de 2023. 2. Base de Preparação: 2.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. 2.2 Base de mensuração e moeda funcional: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico ocorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em "Reais" (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Determinação do Valor Justo: A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para aquele ativo ou passivo específico. 3. Descrição das Principais Políticas Contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria "mantidos até o vencimento". b. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado. c. Usos de estimativas e julgamentos: As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas. d. Instrumentos financeiros: Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. e. Estoques: Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. f. Ajustes a valor presente: Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil. g. Investimento em controlada: As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. Em 2024 e 2023 não foi reconhecido a equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante. h. Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 15. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração de resultado. Em 10 de setembro de 2020 a Diretoria da Companhia contratou a companhia Ibaeon Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda. para implantar rotinas, normas e procedimentos; levantamento físico; conversão de dados; conciliação físico-contábil; saneamento base de dados; fornecimento de etiquetas de alumínio com QR CODE; avaliação de contas de investimentos; e teste de impairment (recuperabilidade) para atendimento à Lei 11.638/2007 e os CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 Ativo Imobilizado, entretanto, pela complexidade do projeto não foi possível concluir dentro do exercício 2020, portanto, os efeitos foram reconhecidos no exercício de 2022. i. Intangível: Ativos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 16. j. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício. k. Empréstimos e financiamentos: São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. l. Parcelamentos: Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ - Secretarias de Fazenda se referem ao ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações. A companhia aderiu ao reparcamento em maior número de parcelas, concedidas pelo fisco em função da condição dada a contribuintes em recuperação judicial. m. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. n. Reconhecimento das receitas: A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. o. Ativo não circulante mantido para a venda: A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. p. Subvenção governamental: Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado. 4. Investimento: A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da companhia inoperante, em 2024 e 2023 não foi reconhecido a equivalência patrimonial do investimento. O saldo em 31/12/2024 é de R\$ 4.897,00 (em 2023 era de R\$ 4.897,00).

Demonstração do Fluxo de Caixa (método indireto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table showing cash flow components for 2024 and 2023, including Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamentos, and Demonstração do aumento (red.) nas disponibilidades.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Table showing the composition of fixed assets (Imobilizado) as of 31/12/2024 and 31/12/2023, including land and buildings, machinery, and equipment, with columns for cost, accumulated depreciation, and net value.

Table showing the composition of intangible assets (Intangível) as of 31/12/2024 and 31/12/2023, including technological development, product development, and software, with columns for cost, accumulated amortization, and net value.

continua...